



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CAE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 66/2024 - CAE, discutir o tema “Regimes Diferenciados e Específicos”.

Proponho para a audiência a inclusão do Senhor Gabriel Cohen, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (ABIPAG).

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação na Câmara dos Deputados do PLP nº 68/2024 criou a possibilidade de tributação sobre a liquidação antecipada de recebíveis de arranjos de pagamento, como uma operação de consumo, o que nunca existiu antes, e impactará fortemente no financiamento e fluxo de caixa das micro e pequenas empresas, além da concorrência no mercado de crédito.

Além disso, o projeto incluiu dispositivo que permite a tributação, por meio da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs). Esses fundos movimentam quantias bilionárias e são formas alternativas de garantir créditos a micro e pequenas empresas, impactando diretamente setores da economia como o agronegócio, varejo, bares e restaurantes e infraestrutura, por exemplo. FIDCs também estão ligados à inovação e empreendedorismo, dado



que fornecem capital para startups e fintechs, empresas que estão na vanguarda do desenvolvimento tecnológico e que buscam soluções otimizadas e disruptivas a problemas sociais e de mercado.

A adequação da tributação para essas operações é essencial para evitar que os custos de conformidade e financeiros aumentem e restrinjam o acesso ao crédito para os comerciantes. Isso pode limitar o crescimento e a inovação dos pequenos negócios e reduzir a concorrência no setor financeiro, impactando - em última instância - os preços para os consumidores finais.

Diante disso, e considerando o impacto do projeto no ambiente econômico, financeiro e de negócios, propõe-se a realização de uma audiência pública pelo Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para discutir os impactos do PLP nº 68/2024 no setor de meios de pagamento e no crédito. A audiência permitirá analisar as implicações do projeto e considerar ajustes necessários para garantir um sistema tributário equilibrado e que possibilite acesso a fundos creditórios e desintermediação bancária.

Sala da Comissão, 27 de agosto de 2024.

Senador Oriovisto Guimarães
(PODEMOS - PR)

